

Obras Póstumas



Allan Kardec

PARTE I CAPÍTULO XX – AS ARISTOCRACIAS

Índice

Assunto	Origem	Pagina
1. As Aristocracias	Obras Póstumas	03
Obras Póstumas	O Consolador	07

Obras Póstumas – (Parte I – Capítulo XX)

Parte I

Capítulo XX – As Aristocracias

I – As Aristocracias

Aristocracia vem do grego *aristos*, **o melhor**, e *kratos*, **poder**. Aristocracia, pois, em sua acepção literal, significa: poder dos melhores.

Há-se de convir em que o sentido primitivo tem sido por vezes singularmente deturpado; mas, vejamos que influência o Espiritismo pode exercer na sua aplicação.

Para esse efeito, tomemos as coisas no ponto de partida e acompanhemolas através das idades, a fim de deduzirmos daí o que acontecerá mais tarde.

Em nenhum tempo, nem no seio de nenhum povo, os homens, em sociedade, hão podido prescindir de chefes; com estes deparamos nas tribos mais selvagens.

Decorre isto de que, em razão da diversidade das aptidões e dos caracteres inerentes à espécie humana, há por toda parte homens incapazes, que precisam ser dirigidos, homens fracos que reclamam proteção, paixões que exigem repressão.

Daí a necessidade imperiosa de uma autoridade. É sabido que, nas sociedades primitivas, essa autoridade foi conferida aos chefes de família, aos antigos, aos anciãos; numa palavra: aos patriarcas. Essa a primeira de todas as aristocracias.

Tornando-se numerosas as sociedades, a autoridade patriarcal veio a ficar impotente em certas circunstâncias.

As querelas entre povoações vizinhas deram lugar a combates; fez-se mister, para dirigi-las, não mais os velhos, porém homens fortes, vigorosos e inteligentes; daí os chefes militares.

Vitoriosos, estes chefes foram investidos da autoridade, esperando os seus comandados que com a valentia deles estariam garantidos contra os ataques dos inimigos.

Muitos, abusando da posição a que tinham sido elevados, se apossavam dela por si mesmos. Depois, os vencedores passaram a impor-se aos vencidos, ou os reduziram à escravidão.

Daí a autoridade da força bruta, que foi a segunda aristocracia.

Os fortes, com os bens que possuíam, transmitiriam muito naturalmente a seus filhos a autoridade de que desfrutavam; e os fracos, nada ousando dizer, se habituaram pouco a pouco a ter esses filhos por herdeiros dos direitos que os pais haviam conquistado e a considerá-los seus superiores. Veio assim a divisão da sociedade em duas classes: a dos superiores e a dos inferiores, a dos que mandam e a dos que obedecem.

Estabeleceu-se de tal modo a aristocracia do nascimento, que tão poderosa e preponderante se tornou, quanto a da força, visto que, se não tinha por si a força, como nos primeiros tempos, em que importava fizesse cada um o sacrifício da sua pessoa, dispunha de uma força mercenária. Na posse de todo o poder, ela naturalmente se arrogou todos os privilégios.

Para conservação destes, era necessário lhes dessem o prestígio da legalidade; ela então fez leis em seu próprio proveito, o que lhe era fácil, pois que ninguém mais as fazia. Como isto, entretanto, não bastasse, juntou aos privilégios o prestígio do direito divino, para torná-los respeitáveis e invioláveis.

A fim de lhes assegurar o respeito das classes submetidas, que cada vez mais numerosas se faziam e mais difíceis de ser contidas, mesmo pela força, um único meio havia: impedi-las de ver claro, isto é, conservá-las na ignorância.

Se a classe superior houvesse podido manter a classe inferior sem se ocupar com coisa alguma, tê-la-ia governado facilmente durante ainda longo tempo; mas, como a segunda fosse obrigada a trabalhar para viver, e trabalhar tanto mais quanto mais premida se achava, resultou que a necessidade de encontrar incessantemente novos recursos, de lutar contra uma concorrência

Obras Póstumas – (Parte I – Capítulo XX)

invasora, de procurar novos mercados para os produtos, lhe desenvolveu a inteligência e fez com que as próprias causas, de que os da classe superior se serviam para trazê-la sujeita, a esclarecessem. Não se patenteia aí o dedo da Providência?

A classe submetida viu com clareza as coisas; viu a fraca consistência que lhe opunham e, sentindo-se forte pelo número, aboliu os privilégios e proclamou a igualdade perante a lei.

Este princípio, no seio de alguns povos, marcou o fim do reinado da aristocracia de nascimento, que passou a ser apenas nominal e honorífica, porquanto já não confere direitos legais.

Elevou-se então uma nova potência, a do dinheiro, porque com dinheiro se dispõe dos homens e das coisas.

Era um sol nascente e diante do qual todos se inclinaram, como outrora se curvavam diante de um brasão. O que não se concedia ao título, concedia-se à riqueza e a riqueza teve igualmente seus privilégios. Logo, porém, se aperceberam de que, para conseguir a riqueza, certa dose de inteligência era necessária, não sendo necessária muita para herdá-la, e de que os descendentes são quase sempre mais hábeis em a consumir, do que em ganhá-la, de que os próprios meios de enriquecimento nem sempre são irreprocháveis, donde resultou ir o dinheiro perdendo pouco a pouco o seu prestígio moral e tender essa potência a ser substituída por outra, por uma aristocracia mais justa: a da inteligência, diante da qual todos podem curvar-se, sem se envilecerem, porque ela pertence tanto ao pobre quanto ao rico.

Será a última? Será a mais alta expressão da Humanidade civilizada? Não.

A inteligência nem sempre constitui penhor de moralidade e o homem mais inteligente pode fazer péssimo uso de suas faculdades. Doutro lado, a moralidade, isolada, pode, muita vez, ser incapaz.

A reunião dessas duas faculdades, inteligência e moralidade, é, pois, necessária a criar uma preponderância legítima, a que a massa se submeterá cegamente, porque lhe inspirará plena confiança, pelas suas luzes e pela sua justiça.

Será essa a última aristocracia, a que se apresentará como conseqüência, ou, antes, como sinal do advento do reinado do bem na Terra. Ela se erguerá muito naturalmente pela força mesma das coisas. Quando os homens de tal categoria forem bastante numerosos para formarem uma maioria imponente, a massa lhes confiará seus interesses.

Como vimos, todas as aristocracias tiveram sua razão de ser; nasceram do estado da Humanidade; assim há de acontecer com o que se tornará uma necessidade. Todas preencheram ou preencherão seu tempo, conforme os países, porque nenhuma teve por base o princípio moral; só este princípio pode constituir uma supremacia durável, porque terá a animá-la sentimentos de justiça e caridade. A essa aristocracia chamaremos: aristocracia intelecto moral.

Mas, semelhante estado de coisas será possível com o egoísmo, o orgulho, a cupidez que reinam soberanos na Terra? Responderemos terminantemente: sim, não só é possível, como se implantará, por ser inevitável.

Já hoje a inteligência domina; é soberana, ninguém o pode contestar. É tão verdade isto, que já se vê o homem do povo chegar aos cargos de primeira ordem. Essa aristocracia não será mais justa, mais lógica, mais racional, do que a da força bruta, do nascimento, ou do dinheiro?

Por que, então, seria impossível que se lhe juntasse a moralidade?

— Porque, dizem os pessimistas, o mal domina sobre a Terra.

— Quem ousará dizer que o bem nunca o sobrepujará? Os costumes e, por conseguinte, as instituições sociais, não valem cem vezes mais hoje do que na Idade Média?

Cada século não se assinala por um progresso?

Por que, então, a Humanidade pararia, quando ainda tem tanto que fazer?

Por instinto natural, os homens procuram o seu bem-estar; se não o acharem completo no reino da inteligência, procurá-lo ão algures, e onde poderão encontrá-lo, senão no reino da moralidade?

Obras Póstumas – (Parte I – Capítulo XX)

Para isso, torna-se preciso que a moralidade sobrepuje numericamente. Não há contestar que muitíssimo se tem que fazer; mas, ainda uma vez, fora tola pretensão dizer-se que a Humanidade chegou ao apogeu, quando é vista a avançar continuamente pela senda do progresso.

Digamos, antes de tudo, que os bons, na Terra, não são absolutamente tão raros como se julga; os maus são numerosos, é infelizmente verdade; o que, porém, faz pareçam eles ainda mais numerosos é que têm mais audácia e sentem que essa audácia lhes é indispensável ao bom êxito.

De tal modo, entretanto, compreendem a preponderância do bem, que, não podendo praticá-lo, com ele se mascaram.

Os bons, ao contrário, não fazem alarde das suas boas qualidades; não se põem em evidência, donde o parecerem tão pouco numerosos. Pesquisai, no entanto, os atos íntimos praticados sem ostentação e, em todas as camadas sociais, deparareis com criaturas de natureza boa e leal em número bastante a vos tranquilizar o coração, de maneira a não desesperardes da Humanidade.

Depois, cumpre também dizê-lo, entre os maus, muitos há que apenas o são por arrastamento e que se tornariam bons, desde que submetidos a uma influência boa. Admitamos que, em 100 indivíduos, haja 25 bons e 75 maus; destes últimos, 50 se contam que o são por fraqueza e que seriam bons, se observassem bons exemplos e, sobretudo, se tivessem sido bem encaminhados desde a infância; dos 25 maus, nem todos serão incorrigíveis.

No estado atual das coisas, os maus estão em maioria e ditam a lei aos bons.

Suponhamos que uma circunstância qualquer opere a conversão de 50 por cento, deles: os bons ficarão em maioria e a seu turno ditarão a lei; dos 25 outros, francamente maus, muitos sofrerão a influência daqueles, restando apenas alguns incorrigíveis sem preponderância.

Tomemos um exemplo, para ilustrar o que acabamos de dizer: Há povos no seio dos quais o assassinio e o roubo são a normalidade, constituindo exceção o bem. Nos povos mais adiantados e mais bem governados da Europa, o crime é a exceção; acuado pelas leis, ele nenhuma influência exerce sobre a sociedade. O que nesses povos ainda predomina são os vícios de caráter: o orgulho, o egoísmo, a cupidez com seus cortejos.

Por que, progredindo esses povos, os vícios não se tornariam a exceção, como o são hoje os crimes, ao passo que os povos inferiores galgariam o nosso nível? Negar a possibilidade dessa marcha ascendente fora negar o progresso.

Certamente, chegar a tal estado de coisas não pode ser obra de um dia, mas, se há uma causa capaz de apressar-lhe o advento, essa causa é, sem nenhuma dúvida, o Espiritismo.

Fator, por excelência, da fraternidade humana, por mostrar que as provas da vida atual são a conseqüência lógica e racional dos atos praticados nas existências anteriores, por fazer de cada homem o artífice voluntário da sua própria felicidade, a vulgarização universal do Espiritismo dará em resultado, necessariamente, uma elevação sensível do nível moral da atualidade.

Apenas elaborados e coordenados, já os princípios gerais da nossa filosofia hão congregado, em imponente comunhão de idéias, milhões de adeptos espalhados por toda a Terra.

Os progressos realizados pela sua influência, as transformações individuais e locais que eles têm provocado em menos de quinze anos, permitem apreciemos as modificações imensas e radicais que operarão no futuro.

Mas, se, graças ao desenvolvimento e à aceitação geral dos ensinamentos dos Espíritos, o nível moral da Humanidade tende constantemente a elevar-se, singularmente se iludiria quem supusesse que a moralidade preponderará sobre a inteligência.

Obras Póstumas – (Parte I – Capítulo XX)

O Espiritismo, com efeito, não quer que o aceitem cegamente; reclama a discussão e a luz.

“Em vez da fé cega, que aniquila a liberdade de pensar, diz ele:

Não há fé inabalável, senão a que possa encarar face a face a razão, em todas as épocas da Humanidade.

A fé necessita de base e esta base consiste na inteligência perfeita daquilo em que se haja de crer.

Para crer, não basta ver, é, sobretudo, preciso compreender.”

(O Evangelho segundo o Espiritismo.)

Com bom direito, pois, podemos considerar o Espiritismo como um dos mais fortes precursores da aristocracia do futuro, isto é, da aristocracia intelecto-moral.

137. Que significa a palavra aristocracia?

Aristocracia vem do grego aristos, o melhor, e kratos, poder. A aristocracia, em sua acepção literária, significa, pois: Poder dos melhores. Obviamente, o sentido primitivo da palavra foi, por vezes, singularmente desviado; mas o Espiritismo, por sua influência, pode fazer com que ela retome seu significado original. Para isso é preciso tomemos as coisas desde o ponto de partida e sigamos através das idades, para delas deduzir o que pode ocorrer mais tarde.

(Obras Póstumas – As aristocracias.)

138. Qual foi a primeira de todas as aristocracias?

Em nenhum tempo e em nenhum povo, os homens em sociedade puderam abster-se de chefes; estes são encontrados entre os povos mais selvagens. Isso se prende a que, em razão da diversidade das aptidões e dos caracteres inerentes à espécie humana, há por toda a parte homens incapazes que é preciso dirigir, fracos que é necessário proteger, paixões que é preciso comprimir; daí a necessidade de uma autoridade. Nas sociedades primitivas, essa autoridade foi deferida aos chefes de família, aos anciãos, aos velhos, em uma palavra, aos patriarcas. Essa foi a primeira de todas as aristocracias.

(Obras Póstumas – As aristocracias.)

139. Por que a autoridade dos patriarcas não persistiu ao longo dos tempos?

O motivo foi que, tornando-se as sociedades mais numerosas, as querelas entre os diferentes povos ocasionaram os combates; foi preciso, então, para dirigi-las, não de velhos, mas de homens fortes, vigorosos e inteligentes; daí os chefes militares. Vitoriosos esses chefes, foi-lhes conferida a autoridade, contando encontrar, em sua bravura, uma garantia contra os ataques dos inimigos; e muitos, abusando de sua posição, dela se apoderaram eles mesmos. Depois, os vencedores se impuseram aos vencidos, ou os reduziram à servidão, advindo daí a autoridade da força bruta, que foi a segunda aristocracia.

Na sequência dos fatos, os fortes, com seus bens, transmitiram, muito naturalmente, sua autoridade aos filhos, e os fracos sob compressão, não ousando nada dizer, se habituaram, pouco a pouco, a considerar estes como os herdeiros dos direitos conquistados por seus pais e, por conseguinte, como seus superiores. Adveio disso a divisão da sociedade em duas classes: os superiores e os inferiores, aqueles que mandam e aqueles que obedecem, surgindo daí, por consequência, a aristocracia de nascimento, que se tornou tão poderosa e tão preponderante quanto a da força. Tendo o poder nas mãos, os que o detinham se outorgavam vários privilégios; para lhes dar o prestígio da legalidade, fizeram-se leis, mas isso nem sempre era suficiente. Veio-lhes, então, a ideia de conferir-lhes o prestígio do direito divino, para torná-los respeitáveis e invioláveis. E para assegurar o respeito da parte da classe submissa, que se tornava mais numerosa e mais difícil de contentar, mesmo pela força, não havia senão um meio: impedi-la de ver claro, quer dizer, mantê-la na ignorância.

(Obras Póstumas – As aristocracias.)

140. Como surgiram as aristocracias em que a força do dinheiro e depois a da inteligência foram o fator predominante?

Com o tempo a classe submissa pôde ver claro e percebeu a pouca consistência do prestígio que se lhe opunha; sentindo-se forte pelo número, aboliu os privilégios e proclamou a igualdade diante da lei. Esse princípio marcou, em certos povos, o fim do reino da aristocracia de nascimento, que não era mais do que nominal e honorífica, uma vez que ela não conferia mais direitos legais. Levantou-se, então, um novo poder, o do dinheiro, porque com dinheiro se dispõe de homens e de

Obras Póstumas – (Parte I – Capítulo XX)

coisas. O que não se concedia mais ao título, agora se concedia à fortuna, e esta teve privilégios iguais.

Percebeu-se, então, que para se fazer fortuna era preciso certa dose de inteligência, e o dinheiro perdeu, pouco a pouco, seu prestígio moral, advindo daí uma outra aristocracia: a da inteligência, diante da qual todos podiam se inclinar sem se aviltar, porque ela pertencia tanto ao pobre quanto ao rico.

(Obras Póstumas – As aristocracias.)

141. A aristocracia da inteligência será a última? É ela a mais alta expressão da Humanidade civilizada?

Não, porque a inteligência nem sempre é garantia de moralidade, e o homem mais inteligente pode fazer um emprego muito mau de suas faculdades. Por outro lado, a moralidade – sozinha – pode ser incapaz. É, pois, necessária a união dessas duas faculdades, inteligência e moralidade, para criar uma preponderância legítima, à qual a massa se submeterá cegamente, porque ela lhe inspirará toda a confiança por suas luzes e por sua justiça.

Essa, sim, será a última aristocracia, a que constituirá a consequência, ou antes, o sinal do advento do reino do bem sobre a Terra. Ela chegará naturalmente pela força das coisas; quando os homens dessa categoria forem bastante numerosos, para formarem uma maioria imponente, será a eles que a massa confiará os seus interesses.

Como vemos, todas as aristocracias tiveram sua razão de ser, pois nasceram do estado da Humanidade, embora nenhuma delas tivesse por base o princípio moral. Só esse princípio pode, contudo, constituir uma supremacia durável, porque animada dos sentimentos de justiça e de caridade, à qual chamaremos: aristocracia intelecto moral.

Um tal estado de coisas será possível com o egoísmo, o orgulho, a cupidez que reinam soberanos sobre a Terra?

“Sim”, responde Kardec, com firmeza. Não somente é possível, mas efetivamente se concretizará, porquanto é inevitável.

Hoje a inteligência domina; é soberana, ninguém pode contestá-lo; e isso é tão verdadeiro que vemos homens do povo chegar aos primeiros cargos. Essa aristocracia não é mais justa, mais lógica, mais racional do que a da força bruta, a do nascimento ou a do dinheiro? Por que, pois, seria impossível juntar-lhe a moralidade? Evidentemente, para isso, é preciso que a moralidade domine numericamente e há muito a fazer. Mas, ainda uma vez, haveria tola presunção em dizer que a Humanidade chegou ao seu apogeu, quando é vista a marchar, sem cessar, no caminho do progresso.

Os bons não são inteiramente tão raros neste globo quanto se crê; os maus são numerosos, isto infelizmente é verdade; mas o que os faz parecer mais numerosos é que são mais audazes e sentem que essa audácia lhes é necessária para triunfarem. Os bons, ao contrário, não exibem as suas qualidades; não se colocam em evidência; eis por que parecem tão pouco numerosos.

(Obras Póstumas – As aristocracias.)